

# Questões da Filosofia e de sua luta

Júlio César Rodrigues da Costa

**Como citar:** COSTA, J. C. R. da. Questões da Filosofia e de sua luta. *In*: RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. **Percepções sobre o ensino de filosofia**: registros de um tempo e seus movimentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p 229-248.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-191-1.229-248>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Questões da Filosofia e de sua luta

*Júlio César Rodrigues da COSTA*<sup>1</sup>

Este texto provavelmente será estranho aos leitores de livros, capítulos e artigos de Filosofia. É também estranho a mim mesmo escrevê-lo, depois dos 10 anos de formação acadêmica que me ensinaram a escrever de outra forma, mais rebuscada, mais “científica”, mais “filosófica” do que um texto escrito em primeira pessoa, buscando utilizar, principalmente, a memória sobre fatos ocorridos há um bom par de anos. Mas é a empreitada que me coloquei ao ser convidado para escrever estas páginas, e é a que seguirei, mesmo com a estranheza da situação.

Será este um texto filosófico? Histórico? Um texto opinativo no qual minha opinião, parcialíssima, dos fatos se sobrepõe a estes? Deixarei aos futuros possíveis leitores esta análise. Caberá a mim a tentativa de trazer à tona um processo que as páginas amarelas costumam silenciar, e minhas reflexões sobre.

A efetivação da disciplina “Questões da Filosofia e de seu ensino” não foi pacífica e marcou uma transição que muitos dos que vieram depois dela não sabem. Não que tenha sido um processo revolucionário; para tal deveria ampliar seu escopo. Mas certamente

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP/Marília. Professor de Filosofia da rede estadual de São Paulo. E-mail: julio.rodrigues.92@hotmail.com.

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-191-1.p229-248>

não foi pacífico e tampouco um consenso entre as partes deste todo que, no período, formavam o curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília.

Como dito anteriormente, escrevo tudo isso a partir da minha memória, provavelmente turva, dos fatos. Eu teria e tenho acesso a muitos dos documentos que aqui serão citados, e não seria difícil conseguir alguns outros, que dariam mais base “científica” ou “filosófica” ao texto. Mas, afinal, o que é Filosofia?

### **“Isso não é Filosofia”**

Estas palavras, proferidas com um sorriso no rosto, deram o tom da discussão do Departamento de Filosofia da UNESP/Marília em 2012, quando o germe da disciplina foi proposto e negado. Filósofos e estudiosos de Filosofia são costumeiramente criticados por serem prolixos, numa tentativa de lidar com todas as partes do todo que se procura compreender; são também, não raramente, reticentes em definir o que é e o que não é a Filosofia. Nenhuma das duas características estiveram presentes no momento supracitado, tendo sido uma discussão inicialmente breve e com muita facilidade em definir algo como não filosófico.

Isso deixou clara uma certa leitura de que a Filosofia e o ensinar Filosofia são coisas distintas, e um curso universitário e acadêmico de Filosofia deve tratar antes da primeira e não da segunda; a esta cabe um ensinamento didático e pedagógico, mas não filosófico. No entanto, devido a diversos fatores, desde desejo

pessoal a necessidade material, a maioria dos estudantes de um curso universitário de Filosofia serão professores da disciplina, ou trabalharão em outras áreas que não a sua de formação, e assim o era com o corpo discente do curso da UNESP/Marília. Renegar o caráter filosófico do ensino da Filosofia os revoltou; parecia criar uma hierarquia na qual o professor de Filosofia era inferior ao pesquisador, àquele que, numa sociedade capitalista, poderia ter toda atenção no estudo de seus diversos temas, mas sem ser obrigado a se preocupar que no nosso país uma das pouquíssimas áreas em que um formado em Filosofia atua, e, portanto, da qual tirará seu proveito para manutenção de sua vida material, é no seu ensino. Estes, pelo menos em Marília, sempre foram a minoria.

Inicialmente a revolta dos estudantes foi, como acontece muitas vezes, má direcionada, pois se encontrava nos corredores da faculdade e não nos espaços políticos formais de discussão e que poderiam, com acúmulo de força social, dar vazão à revolta de maneira a lidar com seus problemas efetivamente. Ora por descrença nos espaços, ora por comodismo, é comum que estudantes universitários não participem destes espaços; ambos os casos devem ser desmistificados. Mas, de toda forma, uma grande parcela desses estudantes se deu conta disso, e passaram a participar dos espaços do Movimento Estudantil. E assim a história começou a ser modificada.

Ao final de 2012, os estudantes de Filosofia decidiram articular sua luta em várias esferas: nas assembleias dos estudantes do curso, que se tornaram frequentes, cheias e politizadas; nas instâncias representativas dos discentes, como no Conselho Departamental (onde a proposta foi inicialmente tratada, apesar de não ser o espaço devido para isto) e, especialmente, no Conselho de Curso de

Filosofia, uma instância paritária na Universidade, uma particularidade do campus de Marília; e na retomada da Diretoria do Centro Acadêmico de Filosofia, desativada desde 2010.

Vale dizer da estrutura universitária como um todo aqui, e a descrença que a maioria dos estudantes sempre têm a estes espaços, e então o porquê de terem centrado suas forças, institucionalmente, num dos poucos espaços paritários. Na UNESP a divisão do poder é no “70-15-15”, cujo poder decisório fica, majoritariamente, com os professores universitários, com o peso decisório de 70% das deliberações. Os demais 30% são divididos igualmente entre estudantes e servidores técnico-administrativos que, então, mesmo se alinhando completamente, não atingem metade do poder dos docentes. Os 70% do poder aos docentes encontra base na LDB de 1996<sup>2</sup>, enquanto para a divisão aos demais segmentos não há regra. Em Universidades como a USP este número é ainda mais desigual.

Fortalecendo-se organicamente em suas assembleias e com a eleição da Diretoria do Centro Acadêmico de Filosofia, com a chapa “7 de Novembro” vitoriosa, os estudantes pautaram a disciplina no conselho de curso de Filosofia. Neste meio tempo, entre a decisão inicial, proferida com a negativa que inicia essa parte do texto, e a deliberação no Conselho de Curso que possibilitou a disciplina, apareceu um novo argumento: de que o “perfil” dos estudantes do curso de Marília era o de pesquisadores, sendo uma minoria os que de fato desejam a licenciatura e o trabalho docente no ensino básico. Não havia então, nesta linha de raciocínio, “demanda” para uma

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 dez. 2020.

disciplina pedagógica no curso de Filosofia, voltado à formação destes pesquisadores.

O ano de 2012 terminou com a aprovação da disciplina, em reunião do Conselho de Curso aberta cuja maioria presente era dos alunos. Terminou também com o movimento estudantil do curso altamente mobilizado e uma diretoria do centro acadêmico eleita. E terminou com alguns litígios políticos entre docentes e estudantes. Foi assim que o ano de 2013 teve início.

### **A formação da chapa “7 de Novembro”, para gestão do Centro Acadêmico de Filosofia**

Antes, porém, de abarcar 2013 e como algumas destas questões reverberaram durante um ano histórico de nosso país, devo falar sobre esta atuação dos estudantes ainda em 2012. Meu objetivo aqui é tentar eternizar, nestas páginas, coisas que ficaram na memória viva das pessoas, mas que raramente são traduzidas de maneira a permanecer viva também em documentos. Não se encontrará este histórico nas páginas da ementa da disciplina nem de qualquer outra, e tão somente estará nas muitas atas de diversas reuniões que pouquíssimas, se não nenhuma, pessoa irá ler. De 2010, ano em que os estudantes dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais fizeram greve por quase um mês, a 2012, os estudantes de Filosofia pouco participaram da vida política do curso e da faculdade, o que os deixou politicamente numa situação cambaleante. Apesar disso, alguns estudantes retomaram a participação nas instâncias de articulação dos estudantes, nas

assembleias, e nas institucionais, como os Conselhos já referidos acima, neste período. Mas era algo bastante fragilizado, e cumpria mais uma função protocolar do que de politização do corpo discente de fato.

Foi a proposta da disciplina e sua negativa que reacendeu o espírito de combatividade destes estudantes. Os espaços se tornaram cheios, frequentes, críticos e altamente politizados. O próprio conjunto dos estudantes chegou à conclusão de que a Direção do Centro Acadêmico de Filosofia, o CAFI, desativado desde 2010, poderia ser uma importante ferramenta de fortalecimento de sua luta, e foi então constituída uma chapa com oito membros (dentro de um número mínimo de cinco e máximo de dez): Aline Oliveira, João Pedro Morgado, Sérgio Del’Arco, Felipe Marinho, Vinicius Camargo, Vitor Barbieri, Pedro Bravo e eu mesmo. O processo de sua constituição e de seu programa político foi inteiramente aberto, o que acarretou, por exemplo, nas múltiplas visões políticas da Diretoria que viria a ser eleita. Foi também firmado um acordo entre estes membros: se, segundo o estatuto do CAFI, são necessários que os membros se dividam em cargos (três diretores-gerais, um secretário de finanças e um secretário de comunicação, mais suplentes), internamente estes cargos seriam completamente irrelevantes, e todos estaríamos no mesmo nível; sendo assim, também é irrelevante, aqui, dizer quem ocupou formalmente qual cargo.

Se a memória não me falha – e meu desejo é escrever este texto inteiramente a partir de minha memória – votaram 67 estudantes de Filosofia, com 66 votos para a chapa “7 de Novembro” e uma abstenção. O corpo discente do curso, apesar do que os

números oficiais possam dizer (contendo ainda muitas matrículas de alunos que abandonaram a graduação), tem pouco mais de 100 estudantes, sendo, portanto, uma votação expressiva.

De sua eleição até o fim da gestão, o CAFI realizou grande parte de suas propostas políticas, na maioria delas sempre em conjunto com os demais discentes do curso: políticas de levantamento de verba, retomada do Guaraná Filosófico (um evento histórico dos estudantes do curso, no qual poderiam tocar temas mais “livres” do que costuma acontecer), ajuda de custo para estudantes apresentarem trabalhos, tendo em vista ser algo necessário para sua formação, dentre outras. Mas, mais importante que tudo isso, foi a politização e a construção de uma cultura crítica no corpo discente que reverbera até hoje. Se esta criticidade já existia antes, estava dispersa e espalhada pelas cabeças pensantes dos estudantes, e raramente se colocava nos espaços conjuntos, o que passou a acontecer regularmente, desde então, com uma organização ímpar na faculdade.

Tudo isso não deve ser visto de maneira acrítica; a formação acelerada da diretoria do CAFI levou a um acordo frouxo entre seus membros, e fez com que alguns desistissem do trabalho, e também a desníveis na disciplina para a realização de suas tarefas, mas que, de maneira geral, foram cumpridas. Tampouco a votação deva expressar de fato um acordo generalizado do corpo discente ao programa da chapa, pois sendo um curso pequeno, todos acabam se conhecendo e, certamente, muitos votaram por amizades e outras relações pessoais que extrapolariam os critérios políticos do processo eleitoral. De toda forma, a gestão de um ano do Centro Acadêmico foi majoritariamente avaliada de maneira positiva pelos discentes.

## **PIMESP e perfil discente: o que isso tem a ver com Filosofia?**

O ano de 2013 foi, como dito acima, um ano histórico para o povo brasileiro; marcou um levante da população como há tempos não se via. Muito já foi escrito sobre o período, mas não vem ao caso em questão a ser tratado aqui; o importante é saber apenas de mais algumas pinceladas deste quadro que, de certa maneira, antecederam o que ficou conhecido como junho de 2013.

Já no começo do ano, o governo do Estado de São Paulo lança o PIMESP – Programa de Inclusão ao Mérito do Estado de São Paulo<sup>3</sup> – um programa de cotas altamente exclusivo. Funcionaria da seguinte forma: os estudantes de escolas públicas e os PPIs (Pretos, Pardos e Indígenas) que desejassem o ingresso no ensino superior público paulista ingressariam numa espécie de curso de nivelamento, por dois anos, antes de ingressar nas universidades. Nesse curso teriam diversas disciplinas para sanar possíveis falhas do ensino básico, junto com algumas outras disciplinas como “gestão do tempo” e “empreendedorismo”. Ao fim dos dois anos, no caso de o estudante obter nota insatisfatória para ingressar no curso superior, adquiriria pelo menos um diploma de que o havia cursado. USP e UNICAMP mal se debruçaram sobre o projeto, mas UNESP acenava que poderia aceitá-lo.

Os estudantes de Filosofia, ainda mobilizados a partir do fim do ano anterior, buscaram nas suas áreas de atuação discutir e

---

<sup>3</sup> Disponível em:

[http://143.107.26.205/documentos/acoes\\_afirmativas\\_pimesp\\_programa.pdf](http://143.107.26.205/documentos/acoes_afirmativas_pimesp_programa.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

problematizar este Programa. Entre os próprios discentes, houve praticamente consenso que se tratava de um processo altamente excludente e que não deveria ser aceito pela Universidade. Porém, quando levamos aos espaços conjuntos com os docentes do curso, para que estes também se posicionassem de maneira crítica ao Programa, a resposta foi novamente de uma soberba incrível; chegou-se a afirmar que o documento portado pelo representante discente não era verdadeiro. Nele continha justamente a proposta do governo, em papel timbrado pelo mesmo. Mas não foi o bastante, e o corpo docente do curso não tomou qualquer posicionamento neste momento (e, até onde sei, tampouco posteriormente se posicionou).

Concomitantemente a isso, as políticas de permanência estudantil, voltadas para que os estudantes mais pobres consigam se manter na universidade, já demonstravam fraqueza, com diversas limitações em um de seus principais eixos: o Restaurante Universitário. Para resumir, sobravam bocas famintas e faltavam alimentos. A Direção da Faculdade de Filosofia e Ciências, recém-eleita, se dizia inapta para modificar a situação, que só poderia melhorar com aportes financeiros da Reitoria da UNESP. O mesmo problema era sentido estadualmente, sendo que alguns campi, como de Ourinhos, sequer tinham Restaurante Universitário no período (este mesmo continua não tendo e corre risco, hoje, de ser desativado).

Também no campus de Ourinhos é dado o estopim de uma forte greve estudantil, seguido por Marília e Assis e, posteriormente, varrendo o Estado, chegando a onze cidades em greve, das vinte e quatro nas quais a UNESP está inserida; destas, oito chegaram, em algum momento da mobilização, a ocupar alguma região do campus.

No caso da FFC, inicialmente foi ocupado o prédio da Direção e, ao fim da greve, migrou para os prédios das salas de aula. A mobilização estadual lutava, principalmente, contra o PIMESP e por melhorias nas políticas de permanência estudantil, e durou em torno de cem dias.

O que tudo isso tem a ver com o Centro Acadêmico de Filosofia, com o curso de Filosofia e com a disciplina em questão? Lembremos do segundo argumento dos professores do curso contra a implementação desta última: o perfil dos estudantes era de pesquisadores e não de professores. Nós, que convivíamos diariamente, sabíamos que era mentira, e muitos dos nossos dependia das políticas de permanência estudantil, e também muitos dos nossos já davam aula para garantir seu sustento. Sabíamos que era mentira, mas não havia como comprovar.

De todo modo, os discentes do curso compuseram ativamente a greve, em várias frentes: grupos de estudos para debates filosóficos; grupos de estudos para formular uma proposta discente de reestruturação da grade curricular do curso, então em discussão; participação delegada no comando de greve do campus; política financeira para realização de atividades da direção do CAFI, dentre outras. Mas destacaremos aqui duas destas: primeiro, uma formulação de pautas de reivindicações dos estudantes de filosofia, até então documento inédito do campus. Se formos analisar este documento, produzido em 2013, com lentes de 2020, veremos que ainda se mantém muitíssimo atual. Nele constavam reivindicações de: cursos de línguas para os estudantes; mais e melhores bolsas socioeconômicas e de pesquisa; melhora do acervo da biblioteca;

manutenção das disciplinas de tutoria (comumente criticadas por docentes); dentre outras reivindicações.

O outro documento, tão importante quanto toda esta história dentro de outra história, viria para, talvez, servir de figura da gestão. Afinal, qual era o perfil dos estudantes de Filosofia? Estes mesmos construíram um questionário a ser respondido pelo corpo discente, de maneira anônima, em que responderiam suas preferências filosóficas, suas condições de vida materiais, e outras informações que, no período, nós, jovens estudantes, acreditávamos ser importantes. Diferentemente da pauta de reivindicações, se este questionário for analisado de maneira técnica, provavelmente haveria muito a ser melhorado. O que não enfraquece o poder que proporcionou aos estudantes de enterrarem a argumentação dos professores de que o perfil discente da UNESP/Marília era de pesquisadores. Mais de 90% destes cursariam licenciatura, e mais da metade o fariam/fizeram primeiro, antes do bacharelado; muitos já eram professores, muitos outros desejam tornar-se professores, e a maioria era pobre. Estas respostas foram divulgadas num evento aberto, com a presença de discentes e docentes, possibilitando um debate real e verdadeiro sobre quem eram os estudantes do curso.

Não se falou mais, até quando estive na FFC/Marília, em perfil de estudante de Filosofia.

## Docência e luta

Até aqui, contei brevemente a história da luta para a regulamentação da disciplina, que esteve, por sua vez, envolta e relacionada a outras lutas estudantis, e, portanto, não poderiam ser deixadas de lado.

Se a ideia de um curso universitário de filosofia é formar estudiosos de filosofia e professores da disciplina, lutar, no meio disso, dará uma realidade, uma concretude da vida que, muitas vezes, está alheia ao estudo formal do filosofar. Ao passo que se estuda Hegel, Aristóteles, Sartre, etc., é muito comum que se desvencilhe, prontamente, questões sobre a atividade prática (ou falta desta) destes filósofos que, na sua maioria, foram também docentes. Deixe-se de lado tanto sua atividade pedagógica quanto a política.

Necessitaríamos de todo um livro para falar sobre o que é Filosofia, e ainda assim não seria o bastante para dar cabo da discussão. No entanto, podemos dar algumas indicações do que se trata esta: parece ter centralidade na compreensão racional do mundo e desta própria racionalidade. É, por essência, um estudo humano ou, se se quer dizer, uma ciência humana, despindo aqui o termo “ciência” das conotações positivistas que adquiriu nos últimos séculos, tendo em vista estudar uma de suas características essenciais: a razão. Poderia, então, um estudioso de filosofia ou um filósofo ignorar outras das essências humanas, especialmente as que parecem claramente se relacionar à sua racionalidade?

Falo aqui certamente da vida em sociedade, política por natureza, e na qual, historicamente, se decidiu por educar os jovens

de modo a inseri-los nessa mesma sociedade. Quando se busca desvencilhar o estudo dos filósofos de sua vida prática, e aqui claro não queremos dizer sobre seus casamentos e filhos, mas sua atuação social como agente dentro deste meio, estamos realmente tendo a melhor compreensão filosófica daquele ou deste pensamento?

Em minha vida acadêmica, até hoje, pesquisei a filosofia hegeliana. Há alguns anos apareceu, no Brasil, alguns textos de uma autora estadunidense, Susan Buck-Morss<sup>4</sup>, nos quais ela busca fazer uma afirmação polêmica: muito da Fenomenologia do Espírito, especialmente a dialética do senhor-escravo, foi a leitura filosófica de Hegel sobre, especialmente, a Revolução Haitiana, que acontecia praticamente junto de sua escrita. A autora busca provar, no mínimo, que Hegel conhecia os fatos deste movimento político caribenho, e que, assim como pela Revolução Francesa, demonstrava-lhe algum “afeto”, isto é, partilhava de seus valores e os defendia. Qual o interesse em apagar isso da história, como geralmente é feito nos cursos universitários?

Ainda outro caso mais grave, e que sempre encontra bastante resistência, e muitas justificativas torpes e vergonhosas: a associação de Heidegger ao nazismo. Frequentemente, ao estudar os trabalhos deste filósofo, é escamoteado que era um grande defensor das políticas eugenistas do Partido Nazista; isto para não dizer quando se afirma que um filósofo de tamanho alcance, reitor de Universidade durante o regime nazista, não sabia de fato o que acontecia. Não quero dizer aqui que devemos apagar sua filosofia, tampouco a de Locke, grande filósofo liberal e defensor da liberdade

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000200010). Acesso em: 16 dez. 2020.

que lucrava com o tráfico de escravos, ou de outros filósofos com valores questionáveis como estes; mas será realmente inútil, para um estudo filosófico, dizer que Heidegger julgava os judeus como grandes proponentes da visão técnica de mundo que ele criticava?

Estes grandes pensadores, para o bem ou para o mal, não estavam alheios ao seu mundo, não filosofavam apenas olhando para as estrelas, mas buscavam compreender o mundo e pensá-lo, ora através da sua própria filosofia, aplicando-a à realidade, ora buscando abstrair daquela prática social particular sua universalidade para sobre ela filosofar. Por que escamotear isso então?

Trazendo tudo isto para nossa realidade: ainda que o curso de Filosofia e os seus estudantes tenham passado por uma forte mobilização, com grande apoio dos discentes, era muito comum que isso fosse criticado por colegas, ou então ignorado pelos docentes, que por vezes dizem, em sala de aula, cientes do poder que existe na palavra de um professor e na influência desta com os estudantes, ser mais importante “estudar filosofia” do que participar de uma assembleia, ou aprender a ensiná-la. Por acaso acreditam que o trabalho dos futuros docentes que ali serão formados espontaneamente dentro da sala de aula? Eles têm consciência de toda a política que ronda o trabalho pedagógico de um professor? Será que julgam inadequado que um estudioso de Filosofia tenha posicionamentos políticos e atue socialmente segundo eles?

Foi em 2013 que me formei como militante. Não que tenha saído de todo este longo processo sem a necessidade de me aprofundar mais na prática militante, na atuação política; muito pelo contrário, foi e ainda é necessário muito estudo para isso. Mas foi ali

que ficou claro, a mim, que vivemos numa sociedade de classes, e a luta entre estas é transversal na humanidade. Nada lhe é alheia; a razão e a racionalidade (assim como seu estudo) não é “neutra” e não está acima da luta de classes – é por isso que se nega a vinculação de Heidegger ao nazismo ou de Locke à escravidão no estudo teórico de seu pensamento, para manutenção de certos valores “humanos” abstratamente, tendo em vista que numa sociedade de classes eles nunca se concretizarão à humanidade de fato – e muito menos à sala de aula. Logo no meu primeiro ano como professor, em 2018, fui denunciado como “doutrinador” por tratar dos pensadores de esquerda e temáticas “subversivas”, como aborto e racismo, nas aulas.

A Filosofia sem a prática política é vazia, a prática política sem a Filosofia é vã. Conscientemente ou não disso, desvincular ambas serve à dominação de classe, em múltiplas esferas. Serve, pois, abstrai da realidade social um pensamento diretamente ligado a ela; serve, pois, interfere numa compreensão universal de fato da realidade; serve, pois, abstrai valores de sua concretude. Mas, mais do que isso, serve, num curso de filosofia, para formar futuros docentes que não perceberão que seu trabalho em sala de aula é inócuo sem uma prática política que fortaleça este trabalho, tendo em vista o desmonte do ensino que a classe dominante busca. A realidade desta educação é que os estudantes chegam nas aulas de filosofia formados: são copistas, interpretam muito mal e leem muito pouco, com uma dificuldade tremenda de pensar a realidade, quanto mais de maneira crítica. Esta realidade, da maneira como vejo, não se transforma com duas aulas semanais de 45 minutos cada, ainda

que estas sejam importantes na busca de plantar “sementes de discórdia” na cabeça daqueles jovens.

Esta se transformará na luta da categoria docente, em particular, e da sociedade, como um todo, por uma educação crítica e mais humana. É nesta luta que o período de 2013 mais me formou e ajudou; e, conversando, convivendo com muitos colegas, é o que mais falta para o segmento, inclusive aos professores de Filosofia. Acredito eu que o curso acadêmico de Filosofia da UNESP/Marília forma professores com uma boa base teórica e histórica da disciplina, apesar de ficar aquém na capacitação pedagógica para o ensinar Filosofia, a despeito do esforço de alguns para tal. Mas muito pouco nessa esfera política intimamente coligada à anterior. Em partes, pelos próprios docentes, tendo em vista reafirmarem a negação a este lado, como dos próprios estudantes em não aproveitarem uma situação particular riquíssima para esta necessária formação.

### **Conclusão**

Do que servirá para a reflexão filosófica tudo isso?

Segundo muitos autores, principalmente socialistas, a luta social é pedagógica e por vezes pode transcender a aprendizagem do ensino formal. Se se pode filosofar sobre o ensino, e se a luta ensina, então pode-se filosofar sobre a luta. Silogismo hipotético básico. Mas muitos ainda discordarão que o ensino seja uma questão filosófica, quem dirá, portanto, a luta.

Como dito anteriormente, precisaria ser escrito muito mais do que estas páginas para definir a Filosofia e, portanto, o que é ou não filosófico – certamente, muito mais do que um comentário sardônico em reunião institucional burocrática. No entanto, trarei mais uma história para pensar sobre isso.

Fui aluno da disciplina “Questões da Filosofia e de seu ensino” em 2013. Confesso que, na minha formação acadêmica, pouco me ative às questões sobre o ensinar Filosofia, pois não tinha nenhum desejo e interesse em me tornar professor. Mas gostava muito de Filosofia e sabia que teria de me adequar a isso em algum momento.

Pois bem, lembro-me, especialmente, de um dia no qual o professor Gelamo não estava presente, e tampouco muitos dos estudantes matriculados na disciplina; quem a ministrou foi o professor Trajano, para no máximo 5 estudantes. Como aconteceu com todos os professores com os quais tive aula, discordei dele em diversos momentos, e um em especial que quero trazer aqui: é papel do estudioso e do professor de Filosofia pensar sobre as condições materiais de seus estudantes? Dando nome aos bois, falei exatamente o seguinte: será que, de fato, não é meu papel como professor pensar se Joãozinho ou Maria estão pelo menos bem alimentados, o bastante para manterem a concentração nas palavras difíceis dos textos filosóficos? Vale frisar aqui que falo da educação da maioria dos jovens paulistas, no ensino básico público, e não no privado, ainda que muito disso possa ser repensado sem grandes mudanças para as escolas privadas.

Eu acreditava que sim, professor Trajano que não. Não acho que ele pensava em ignorar estas questões, mas que não são o papel de um professor de Filosofia. Mas que papel é este? Entrar numa sala de aula com 20 ou 30 jovens e “filosofar” com estes pelos longuíssimos 45 minutos? Diga-se de passagem, que destes poucos minutos um professor perderá alguns chamando atenção, distribuindo livro didático ou algum outro texto, fazendo chamada... obrigações que demandam tempo e diminuem aquele em que se pode debruçar, realmente, ao conteúdo.

E mais ainda: se não é papel do professor pensar as condições materiais de estudo de seus estudantes, de quem é? Do governo? Do diretor da escola? Formalmente, estaria correto, tendo em vista que são ambos os administradores da realidade escolar em suas múltiplas esferas – política, social, financeira, disciplinar, etc. –, mas na realidade, o governo tem interesse na piora material da vida destes estudantes, tendo em vista que, via de regra, governa para benefício da classe dominante e não da maioria, e é de interesse dos opressores de nossa sociedade capitalista que os alunos não tenham condições de um estudo efetivo e que lhes possibilite, na vida adulta, posturas críticas sobre os mais variados temas.

Talvez pudesse caber, então, ao diretor da escola este papel. Vale lembrar, no entanto, que no Estado de São Paulo estes não são escolhidos para o cargo pela comunidade escolar, antes são concursados ou indicados pela Diretoria de Ensino (que, por sua vez, são indicações do governo). Neste segundo caso, ficará muito claro que o diretor estará, na escola, para fazer a política do governo do Estado e, portanto, tampouco preocupar-se-á com a realidade material dos estudantes a ponto de estabelecer, aí, uma criticidade

que possibilite de fato alguma mudança. No caso dos diretores concursados, há uma abertura um pouco maior para esta postura, mas de toda forma também estes estão sob constante vigilância da Diretoria de Ensino, averiguando se estão de acordo com a política educacional proposta por esta que, como vimos, é uma indicação do governo do Estado e, portanto, a efetivação de suas propostas políticas.

Pois bem, como dito anteriormente, vivemos numa sociedade de classes, dividida entre os poucos que dominam, seja economicamente, politicamente, culturalmente, etc., e a maioria dominada, incluindo aí a maioria dos estudantes das escolas públicas. Sendo assim, o trabalho pedagógico não é neutro e não está alheio a isso, tampouco estão as estruturas formais de uma escola e da educação como um todo. É ingênuo e ilusório partir desta e de uma ideia como se funcionasse para o bem dos estudantes, dando-lhes as condições necessárias para um estudo de qualidade. A realidade é que um professor, no mundo de hoje, deve se desdobrar entre o trabalho pedagógico, na sala de aula, buscando trabalhar da melhor maneira possível todo o conteúdo cultural que lhe refere, buscando constituir sujeitos verdadeiramente críticos e, principalmente, conscientes da dominação de classe que sofrem, e por outro lado, uma atuação política condizente com este objetivo de educação, dentro da escola e também fora, em espaços de articulação e luta de classe, como sindicatos, protestos, organizações políticas, etc., tendo em vista que a estrutura social vigente é contrária a esta criticidade a ser formada nos estudantes.

Tal qual com a Filosofia, a educação sem a prática política é vazia, a prática política sem a educação é vã. Filosofia, educação e

prática política são coisas diferentes entre si, é claro, mas também estão intimamente ligadas, e sua desvinculação só serve para a manutenção da desigualdade, da opressão, da dominação. Foi essa ligação que a luta pela disciplina “Questões da Filosofia e de seu ensino” me ensinou.